



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9250 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

TRABALHO E EDUCAÇÃO: IMPACTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

Marleide Barbosa de Sousa Rios - UnB - Universidade de Brasília

TRABALHO E EDUCAÇÃO: IMPACTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA OS TRABALHADORES RURAIS ASSALARIADOS

RESUMO

Este trabalho apresenta resultado de uma pesquisa de Mestrado em Educação, realizado no período de 2016 a 2018, com o objetivo de analisar as políticas públicas de educação e formação profissional e seus impactos para os trabalhadores rurais assalariados. Na pesquisa foi contextualizado marcos históricos das políticas de educação e formação profissional no Brasil. O recorte da pesquisa foi de 1996 a 2016, período marcado por reformas educacionais, por políticas públicas de qualificação e de expansão da educação profissional e tecnológica. A metodologia utilizada foi estudo de caso com a técnica de grupo focal para a coleta de dados empíricos, com um grupo de trabalhadores (as) rurais assalariados (as), na área da cana de açúcar no município de Goianésia/GO, impactados com as mudanças da organização do processo de produção e pelas exigências de qualificação profissional para reinserção/inclusão no mundo do trabalho. As transformações do mundo do trabalho continuam ocorrendo e as estratégias de ações coletivas são desafios para a atuação das organizações de trabalhadores (as) rurais que permanecem na luta e reivindicam educação, trabalho e emprego.

Palavras-chave: Trabalho e educação. Políticas públicas de formação profissional. Trabalhadores rurais assalariados. Movimentos sociais e sindicais do campo.

Introdução

No campo brasileiro o avanço das relações capitalistas de produção e as crescentes desigualdades contribuíram para a concentração da estrutura fundiária e para relações de produção alicerçadas na exploração da força de trabalho, produzindo transformações no trabalho rural assalariado com efeitos e alterações nas relações sociais, compondo o legado da formação econômica e social do modelo de desenvolvimento. Historicamente a população do campo foi excluída dos mais elementares direitos sociais e no cerne dessas questões estão os trabalhadores rurais assalariados ainda submetidos à exclusão social e na constante luta por

direitos sociais e trabalhistas, por políticas públicas e pelo direito à educação.

Ao utilizarmos a expressão “trabalhadores rurais assalariados” nos referimos aos indivíduos que trabalham no campo com vínculo empregatício, jornada de trabalho e remuneração (salário).

A PNAD (IBGE, 2015) revelou que há 3,9 milhões de trabalhadores rurais assalariados no Brasil, dos quais 3,5 milhões são homens e 390 mil são mulheres, concentrados nas cadeias produtivas no cultivo da cana de açúcar, do milho, do café e na pecuária. A taxa de informalidade foi expressiva entre os trabalhadores rurais assalariados chegando à média de 58,9%. Vale ressaltar que em alguns estados da região Norte e Nordeste esse percentual ultrapassa os 90%, a exemplo do Amazonas com 93,8% e do Ceará com 92,3%, enquanto a região Centro-Oeste apresenta a menor taxa, 33,2% do Brasil. E o estado de Goiás apresenta uma taxa de 42,7%.

O processo de modernização tecnológica e mecanização, a informalidade, a precarização das relações de trabalho, a flexibilização de direitos, as transformações ocorridas no processo produtivo afetam o trabalho e a vida dos trabalhadores rurais assalariados, quando da exigência de mudanças nas tarefas, na qualificação e por mais escolarização.

A herança dos modelos de desenvolvimento adotados no Brasil, durante o século XX, influenciou sobremaneira na formulação de políticas públicas com formato único, visão homogênea da população e da realidade do país. Analisar as relações sociais que permeiam o campo brasileiro exigiu investigar e interpretar conceitos e aspectos históricos, políticos e sociais da complexa realidade do campo, marcada pelos impactos do capitalismo no trabalho, na vida, nos direitos e nas lutas.

Para Antunes (2015, p. 224) as principais e profundas mudanças do capitalismo em escala mundial afetam o mundo do trabalho na sua estrutura produtiva e “afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada” (ANTUNES, 2015, p. 79). Mundo do trabalho considerado como ambiente que engloba e desenvolve as forças produtivas, as relações sociais e as transformações dos processos de trabalho, das relações de produção e da classe trabalhadora.

Para Carvalho (2003, p. 17) é preciso compreender o contexto das demandas colocadas para a educação, em especial para a educação profissional, visando atender ao capitalismo, sobretudo às demandas relacionadas ao mercado e à manutenção da hegemonia do capital.

A história da educação profissional pressupõe a relação direta entre formação e trabalho, assumindo múltiplas visões em diferentes atores e contextos sociais. Carvalho (2003) afirma que a educação profissional pode ser vista por uma ótica instrumental, atrelada às demandas do mercado, ou por uma ótica crítica, ou seja, como instrumento de construção da cidadania efetiva. Educação e formação profissional são conceitos que estão relacionados às dimensões do mundo do trabalho.

Segundo Pereira (2013, p. 286) é preciso compreender educação profissional como um campo em disputa entre projetos hegemônicos voltados ao capital e projetos outros de educação para o trabalhador (a) como resistência ao modo de produção de vida existente. Cattani; Holzmann (2006, p. 137) destacam que “[...] sob a ótica dos trabalhadores, a FP assume um caráter radicalmente diferente, associado às ideias de autonomia e autovalorização. [...] contesta o sentido da educação ou da formação para o trabalho [...] aos projetos empresariais”.

Partimos do pressuposto de que as políticas públicas de formação profissional se

estruturam para atender as demandas do mercado de trabalho e procuramos responder à seguinte questão: como as políticas públicas de educação e formação profissional influenciam na formação dos trabalhadores rurais assalariados? Portanto, o objetivo do estudo centrou-se na análise das políticas públicas de educação e formação profissional no campo brasileiro e as repercussões das políticas públicas de formação profissional para os trabalhadores rurais assalariados. O recorte neste trabalho trata dos resultados da pesquisa citada.

Metodologia da pesquisa, procedimentos para coleta, análise e interpretação dos dados

A abordagem dialética é a escolha para o método de investigação e análise da realidade pesquisada. Esta pesquisa exploratória de caráter qualitativo envolveu levantamento bibliográfico e documental, especialmente das bases que orientam e fundamentam as políticas públicas de educação e formação profissional no Brasil e de temas afins ao objeto de pesquisa. E leitura exploratória, analítica e interpretativa para estabelecer a relação entre o conteúdo pesquisado e outros conhecimentos.

Na investigação por meio de estudo de caso utilizamos a técnica de grupo focal para coleta de dados, com trabalhadores rurais assalariados, no município de Goianésia, no estado de Goiás que é considerado o segundo maior produtor de cana no país e comporta usinas importantes na produção e comercialização de etanol e açúcar.

O grupo focal foi formado por 03 grupos considerando a heterogeneidade e segmentação interna desse mercado de trabalho: Grupo1: trabalhadores rurais assalariados (corte da cana); Grupo2: trabalhadores rurais assalariados (operador de máquinas agrícolas) e Grupo3: trabalhadores que exercem função no interior da indústria sucroalcooleira, e não são categorizados como trabalhadores rurais.

Adotamos o registro das interações do grupo, por meio de roteiro com perguntas orientadoras e com gravação em áudio. Para a análise de dados se estabeleceu classificações, categorias e codificações do material obtido em diálogo constante com o referencial teórico em GATTI (2016, 2012); GIL (2014, 2008); Bardin (2011) e Creswell (2010).

Resultados da pesquisa

Dentre os resultados, apresentamos os dados empíricos obtidos na pesquisa de campo considerando três segmentos estabelecidos para a técnica de grupo focal. Conforme questionário complementar à pesquisa o perfil do grupo se apresentou com 55,6% mulheres e 44,4% homens; faixa etária entre 40 e 49 anos, jovens entre 18 e 29 anos, e por pessoas acima de 50 anos. Em relação à escolaridade identificamos que 44,4% dos participantes da pesquisa possuíam Ensino Fundamental Incompleto (cursou até a 1ª, a 2ª, a 3ª ou a 4ª série, mas não completou a 4ª série), 33,3% Ensino Médio Completo (completou o 3º ano) e 11,1% Ensino Fundamental completo (completou a 8ª série), e o restante possuía nível superior incompleto.

Dos 09 trabalhadores (as) pesquisados, 04 trabalhadores (corte da cana, operador de máquinas e da indústria) possuíam Ensino Fundamental Incompleto; 02 trabalhadores (operador de máquinas e da indústria) Ensino Fundamental Completo; 02 trabalhadores (corte da cana e operador de máquinas) Ensino Médio Completo e 01 trabalhador da indústria

Ensino Superior Incompleto. Apenas 40% fizeram Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Supletivo.

As categorias de análise definidas foram condições de vida e trabalho, vida profissional e capacitação e formação profissional. As condições trabalho são marcadas pela polivalência, pelo desgaste físico que a atividade exige, pelo esforço com movimentos contínuos e repetitivos, pelas condições de trabalho árduas a céu aberto, jornadas exaustivas, pausas curtas para descanso, trabalho noturno configurando a exploração da força de trabalho.

Em relação à capacitação/formação profissional 88,9% afirmaram ter participado e 11,1% não participaram. Destaca-se curso de operador de máquina com 62,5%, e curso de tratorista com 37,5%. As capacitações aconteceram em períodos de três dias, uma semana e um mês, demonstrando o aligeiramento das formações e capacitações ministradas, prioritariamente, pelo Senar e pelas empresas instaladas no município.

No acesso às políticas públicas de educação e/ou formação profissional, 66,7% afirmou ter acesso, mas, as políticas estavam associadas aos cursos do Senar evidenciando o desconhecimento sobre as políticas públicas, seus programas e suas ações. Sobre a participação em cursos do Pronatec ou Pronatec Campo, 75% responderam já ter participado. Outros alegaram não conhecer o programa, ou não ter oportunidade. O relato explicitou o desconhecimento acerca das ações da política pública do Pronatec e do Pronatec Campo.

E por fim, identificamos ser verdadeiro o pressuposto de que as políticas públicas de formação profissional se estruturam para atender as demandas do mercado de trabalho e que contribuem para manter o modelo capitalista, na medida em que não se consolidam como políticas de Estado; adotam preceitos empresariais e foram construídas sem participação efetiva da sociedade civil. Esses resultados nos leva a refletir sobre o quanto esse segmento ainda continua à margem e o quanto o acesso às políticas públicas e à educação está fora de alcance.

Considerações finais

As políticas neoliberais e mercantilistas contribuíram para a redução do direito à educação em detrimento das competências exigidas pelo mercado, que como determinante empobrece a formação do trabalhador. Haddad (2013, p. 217) expressa que o que tem prevalecido é reduzir a educação a seu aspecto funcional em relação ao desenvolvimento econômico, ao mercado de trabalho, à formação de mão de obra qualificada. No trabalho exercido pelos trabalhadores rurais assalariados reside a exploração, a alienação, a desumanização e a formação esteve atrelada ao mercado de trabalho.

Torna-se fundamental desconstruir a ideia de que os trabalhadores rurais assalariados são sujeitos invisibilizados no sistema capitalista. Essa invisibilidade está tão naturalizada que não há nem por parte do Estado e nem das organizações sindicais uma tentativa de colocá-los noutra patamar para superação da condição de assalariado rural nas bases hoje estabelecidas. Essa invisibilidade não é pontual, ela resulta do processo histórico de exclusão pelo Estado, pelas empresas que contratam e pelo próprio movimento sindical.

Diante desse cenário, porque não identificar esses sujeitos por meio da educação como potenciais na construção da liberdade, da autonomia, da emancipação? Porque não discutir a superação da condição de assalariado rural, na perspectiva do trabalho como princípio

educativo? O trabalho como princípio educativo tem importância na construção da identidade, das relações sociais e como forma de humanização.

As disputas pela educação pública e pela educação e formação profissional, estão relacionadas às disputas de projetos de desenvolvimento econômico e social, portanto é fundamental construir outro projeto de desenvolvimento para a transformação social. Pois, se a educação integra o processo de dominação pode também integrar o de resistência, contribuindo efetivamente para uma prática social transformadora. Uma educação que “desvestida de roupagem alienada e alienante seja uma força de mudança e libertação” (FREIRE, 1967, p. 36). É necessário repensar a escola, a educação e a formação profissional reconhecendo a centralidade dos sujeitos do campo e suas vivências.

A educação como prática da liberdade é reconhecer os processos de opressão-dominação e lutar pela libertação. Para Freire (1967, p. 37) a sombra de opressão que esmaga deve ser expulsa pela conscientização que é uma das fundamentais tarefas de uma educação realmente libertadora. O saber emancipa, liberta e transforma indivíduos em sujeitos políticos coletivos, protagonistas de mudanças na sociedade. O reconhecimento do direito à educação torna exigível que sua oferta seja garantida para todas as pessoas, com igualdade de oportunidades, acesso ampliado, qualidade e universalidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 16. ed. – São Paulo : Cortez, 2015.

CARVALHO, O. F. *Educação e formação profissional – trabalho e tempo livre*. Brasília: Plano Editora, 2003.

CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

HADDAD, Sérgio. Direito à educação. In CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO Paulo; FRIGOTTO Gaudêncio (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013. p. 215- 222.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PNAD 2015*. Rio de Janeiro. Disponível em: www.biblioteca.ibge.gov.br.

PEREIRA, I. B. Educação profissional. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2013. p. 286-293.